

Ata de Reunião Conjunta de Diretoria e Conselho do SINDIVEG

(CNPJ 62.267.760.0001-17)

Realizada em 15 de setembro de 2016 às 08h00 na sede do Sindiveg

Às oito horas do dia 15 de setembro de 2016, reuniu-se a Diretoria e Conselho Consultivo do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal - Sindiveg, inscrito no CNPJ sob nº 62.267.760/0001-17, situado na Av. Iraí, 393, 14º andar, conjunto 141, São Paulo - SP, extraordinariamente na sede do Sindiveg, objetivando discutir os seguintes temas:

- ✦ Reestruturação do Sindicato;
- ✦ Composição da Diretoria;
- ✦ Revisão do Estatuto;
- ✦ Ação PSOL; e
- ✦ Estratégia de Produtos Ilegais

O Presidente, Sr. Welles Pascoal iniciou a reunião, convidando a Diretora Executiva, Sra. Sílvia Toledo, para secretariar os trabalhos. Os assuntos foram assim tratados:

1) Reestruturação do Sindicato

O Sr. Edson (MSE) apresentou o *status* da reestruturação do Sindicato, conforme apresentação anexada. Em síntese, a Diretoria foi informada sobre o assessment realizado com os funcionários do Sindicato: Juliana Cruz, Andreza, Luis Ribeiro e Fernando.

Com relação aos candidatos entrevistados para as novas vagas, Sílvia comentou sobre as entrevistas realizadas e o perfil dos candidatos.

Acordou-se que seriam escolhidos, conforme disponibilidade, dois diretores para participar das seguintes entrevistas:

GERENTE DE COMUNICAÇÃO - Serão entrevistados os Srs. Raul Pilati, Lucia Pinheiro, Roberta Magalhães e Cristina Duarte.

GERENTE DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS - Será entrevistado o Sr. Goran Kuhar. A vaga continuará aberta para seleção de mais candidatos.

GERÊNCIA DE USO CORRETO E SEGURO - Será entrevistado o Sr. Donizeti Vilhena. A vaga será aberta para seleção de mais candidatos.

2) Revisão do Estatuto e Composição da Diretoria

Em anexo, segue a apresentação realizada pela Dra. Lidia, com a indicação dos pontos que devem ser alterados no estatuto. Foi solicitado pela Diretoria que a assembléia para aprovação do novo estatuto seja convocada após a aprovação do orçamento (novembro de 2016). As eleições devem ser feitas em janeiro e a posse poderá ser em maio.

2.A - Composição da Diretoria

No que se refere à composição da diretoria foi ressaltada a necessidade de aumentar a representação das associadas. O objetivo é obter o engajamento de empresas menores e tornar o sindicato mais representativo. Discutiu-se muito, também, sobre as grandes fusões que estão ocorrendo no mercado, que diminuem o número de associadas.

Nesse sentido, a Diretoria propôs uma alteração no estatuto, a fim de que a Diretoria, atualmente composta por 5 (cinco) membros, passe a ter 7 (sete) membros. A tomada de decisão continuaria a ser por maioria de votos, ou seja, 4 (quatro) votos.

Tendo em vista o aumento de membros com direito a voto, a Diretoria propôs a exclusão do Conselho Consultivo. Em contrapartida, a Diretoria deverá interagir mais com as comissões.

Outro ponto discutido foi a suplência. Não está claro no estatuto atual se a vaga na diretoria é da empresa ou é do Diretor eleito. Essa regra deve ficar clara no novo estatuto. Acordou-se que a suplência será da empresa (a empresa poderá indicar em caso de renúncia, mas deverá ser do mesmo nível hierárquico na empresa), devendo ser eleito suplentes, que irão assumir em caso de abandono do cargo ou má-gestão.

Outro ponto discutido foi o número de faltas dos diretores. Acordou-se que o estatuto deverá proporcionar uma maior garantia de presença. Nesse sentido, se houver mais de três faltas consecutivas injustificadas ou ausência maior de 40% das reuniões/ano, por decisão da diretoria, garantido o contraditório, poderá ser declarado o abandono do cargo.

Após discussão, também foi aprovada a exclusão da cláusula de inelegibilidade por seis anos em caso de abandono de cargo.

Foi sugerido que as reuniões sejam realizadas às sextas-feiras e que haja consulta de data antes da sua realização.

Por fim, a Diretoria não vê sentido no estatuto restringir as vagas de diretoria somente aos membros residentes em São Paulo, devendo ser retirada essa restrição do estatuto.

2. B - Direitos e Deveres dos Associados.

A Diretoria solicitou que seja feita uma revisão do enquadramento das empresas nas classes atuais, a fim de sugerir sobre a necessidade de manutenção das três categorias (efetivo industria, representantes e os correspondentes).

Foi solicitado que todos os associados passem a receber comunicados sobre as ações desenvolvidas pela Sindicato. As atas de reunião podem ficar restritas aos participantes das comissões.

Com relação à necessidade de todos os associados desenvolverem ações de educação e treinamento, após discutir o assunto, acordou-se que a elaboração de ações nesse sentido pelos associados deverá constar como recomendação no item "*outras disposições*" e, também, no código de autorregulamentação.

3) Ação Psol

Segue anexada a apresentação realizada sobre o *status* dessa demanda.

Após a apresentação, a Diretoria entendeu que não há necessidade de contratar um parecer ou escritório renomado para tratar desse processo, tendo em vista o

posicionamento favorável da Advocacia Geral da União e da Procuradoria Geral da Fazenda.

Foi apresentada a proposta de honorários do escritório Figueiredo e Santos Sociedade de Advogadas e foi aprovada.

Dessa forma, a Diretoria, por unanimidade, aprovou a entrada do Sindicato como *amicus curiae*, nos autos da ADI 5553, em trâmite perante o STF, por meio da contratação do escritório Figueiredo e Santos, Advogados, conforme proposta apresentada.

4) ESTRATÉGIA DE ILEGAIS

Discutiu-se sobre o financiamento pela indústria do armazenamento e da incineração dos produtos ilegais que são objeto de apreensão. Foram apresentadas as alternativas jurídicas para se obter o ressarcimento dos valores gastos. Após discutir o assunto, a Diretoria entendeu que o assunto deve ser tratado politicamente e que o problema deve ser apresentado ao Ministro da Agricultura no próximo encontro.

Até que exista um endereçamento político, deve ser incluído no orçamento do grupo para o próximo ano.

5) OUTROS ASSUNTOS

- ISS e Defensivos Agrícolas: Welles informou que o assunto está sendo discutido no grupo de assuntos tributários pelo Dr. Geraldo Neves. Solicitou que o tema também fosse incluído na pauta da próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

- Pais de Origem e FEPAM - O CAJU já se posicionou sobre a necessidade de se ajuizar uma nova ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) em decorrência de uma suposta falha processual existente na ação já proposta pela DEM. A Diretoria está de acordo com a recomendação do CAJU e autoriza o ajuizamento dessa demanda, a fim de se evitar que o Estado do Rio Grande do Sul legisle sobre matéria que não é a sua competência e impeça o cadastro de produtos que são autorizados em todos os estados, criando um precedente perigoso. Silvia informou que está buscando contato com a CNA para que ela aceite ser autora dessa demanda.

- Neocotinoídes e FEPAM. A FEPAM está restringindo o cadastramento de produtos que estão sendo reavaliados pelo IBAMA. A Diretoria também está de acordo com o ajuizamento de demanda, nos mesmos moldes do que foi feito contra a ADAPAR, a fim de se evitar que o Estado do Rio Grande do Sul legisle sobre matéria que não é a sua competência e impeça o cadastro de produtos que são autorizados em todos os estados, criando um precedente perigoso. A forma de ajuizamento deverá ser discutida no CAJU.

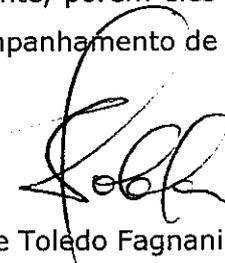
- Pesquisa de Crédito. Silvia apresentou o resultado da pesquisa de crédito que segue anexado. Algumas dúvidas foram apresentadas. As explicações serão encaminhadas pela Silvia.

Acordou-se que a pesquisa deverá ser apresentada ao Comitê de Assuntos Econômicos e que servirá para elaboração de um release, apresentando as tendências do nosso setor. No geral, a Diretoria entende que não é um ano positivo, apresentando baixa de 5% (em dólar). As mesmas dificuldades do ano passado estão presentes, percebendo-se um aumento da inadimplência e dos produtos ilegais.

Por fim, Silvia comentou sobre a reunião realizada com as empresas do Painel. As empresas não gostaram da idéia de trazer as discussões para o Sindicato. Os diretores irão verificar o procedimento internamente, porém eles entendem que as reuniões devem ser feitas no Sindicato, com acompanhamento de advogado.

Nada mais, a reunião foi encerrada.

Welles Clovis Pascoal
Presidente



Silvia de Toledo Fagnani –
Vice-Presidente Executiva